RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

ENTRE O NORMATIVO E O VIVIDO: Contradições da BNCC na Perspectiva dos Educadores

BETWEEN THE NORMATIVE AND THE LIVED EXPERIENCE: Contradictions of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) from Educators' Perspectives

Erika Ferreira Gomes Tasca

Fonoaudióloga, Audiologista e Mestranda em Educação, Must University, Brasil

E-mail: fonoerikatasca@gmail.com

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidou-se como o principal documento orientador da Educação Básica brasileira ao estabelecer competências e habilidades consideradas essenciais para todos os estudantes. Embora concebida com o propósito de promover equidade e garantir direitos de aprendizagem, sua implementação tem suscitado debates acerca das tensões entre o currículo oficialmente prescrito e as diferentes realidades vivenciadas nas escolas. O presente estudo teve como objetivo analisar as contradições existentes entre os pressupostos normativos da BNCC e as experiências dos educadores durante sua implementação, buscando compreender os limites e as potencialidades dessa política curricular no contexto da educação brasileira. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de artigos científicos publicados na base SciELO entre os anos de 2020 e 2025. A análise da literatura evidenciou que as principais tensões relacionadas à BNCC concentram-se na centralização de sua elaboração, na limitada participação dos profissionais da educação, na influência de modelos curriculares internacionais, nas dificuldades de contemplar a diversidade cultural e territorial do país e no distanciamento entre o currículo normativo e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Os resultados indicam que a efetividade da política curricular depende menos da existência de uma base nacional comum e mais da capacidade de promover diálogo entre as orientações nacionais, a autonomia docente e as especificidades dos diferentes contextos educacionais. Conclui-se que a construção de currículos verdadeiramente democráticos exige processos participativos, valorização dos saberes produzidos pelos educadores e reconhecimento da diversidade como elemento estruturante da educação brasileira.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Currículo; Políticas Curriculares; Prática Docente; Educação Básica.

Abstract

The Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) has become the main guiding document for Basic Education in Brazil by establishing essential competencies and learning standards for all

ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

students. Although it was designed to promote educational equity and guarantee common learning rights, its implementation has generated significant debate regarding the tensions between the prescribed curriculum and the realities experienced in schools. This study aimed to analyze the extent to which the normative assumptions of the BNCC align with educators' experiences during its implementation, examining the limits and potential of this curricular policy within the Brazilian educational context. The research adopted a qualitative and exploratory approach based on a bibliographic review of scientific articles published in the SciELO database between 2020 and 2025. The findings indicate that the main challenges associated with the BNCC involve the centralized nature of its development, the limited participation of education professionals in its construction, the influence of international curricular models, the difficulty of addressing Brazil's cultural and territorial diversity, and the persistent gap between the prescribed curriculum and pedagogical practices. The analysis suggests that the effectiveness of a national curricular policy depends less on the existence of a common curriculum itself than on its ability to promote dialogue between national guidelines, teachers' professional autonomy, and the specific needs of different educational contexts. It is concluded that the development of genuinely democratic curricula requires participatory policymaking, recognition of educators' professional knowledge, and respect for diversity as a fundamental principle of Brazilian education.

Keywords: Brazilian National Common Curricular Base; Curriculum; Curricular Policies; Teaching Practice; Basic Education.

1. Introdução

As políticas curriculares ocupam posição estratégica na organização dos sistemas educacionais, uma vez que orientam a seleção dos conhecimentos considerados socialmente relevantes, definem expectativas de aprendizagem e subsidiam a construção das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Mais do que documentos normativos, os currículos expressam concepções de sociedade, educação e formação humana, refletindo disputas políticas, culturais e epistemológicas que acompanham a história da educação brasileira. Nesse contexto, a construção de uma base curricular nacional sempre representou um dos maiores desafios das políticas públicas educacionais, sobretudo em um país marcado por profundas desigualdades sociais, culturais, econômicas e territoriais.

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, representou um marco nesse processo ao estabelecer um conjunto de aprendizagens essenciais para toda a Educação Básica brasileira. Fundamentada nos princípios da equidade, da garantia dos direitos de aprendizagem e da

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

formação integral dos estudantes, a BNCC passou a orientar a elaboração dos currículos estaduais e municipais, influenciando diretamente a organização do trabalho pedagógico, a formação de professores, os materiais didáticos e os processos de avaliação educacional (Brasil, 2018). Sob essa perspectiva, o documento foi apresentado como um instrumento capaz de reduzir desigualdades educacionais e promover maior articulação entre os diferentes sistemas de ensino.

Entretanto, a implementação da BNCC revelou que a existência de um documento normativo, por si só, não assegura a efetivação de seus princípios no cotidiano escolar. A diversidade de contextos existentes na educação brasileira, as diferenças estruturais entre as redes de ensino e a complexidade das práticas pedagógicas produziram um cenário em que o currículo oficialmente prescrito passou a conviver com múltiplas formas de interpretação, adaptação e ressignificação realizadas pelos próprios educadores. Como consequência, intensificaram-se os debates acerca das tensões existentes entre o currículo normativo e o currículo efetivamente vivido nas escolas.

A literatura recente evidencia que essas tensões ultrapassam aspectos exclusivamente técnicos da organização curricular. Diversos estudos apontam questionamentos relacionados ao processo de elaboração da BNCC, à limitada participação dos profissionais da educação em sua construção, à influência de organismos internacionais na definição de políticas curriculares, ao tratamento conferido à diversidade cultural brasileira e às dificuldades de implementação de um currículo nacional em realidades educacionais profundamente heterogêneas. Essas discussões sugerem que a efetividade de uma política curricular depende não apenas da qualidade do documento produzido, mas também da forma como ele dialoga com as experiências concretas dos sujeitos que o colocam em prática.

Nesse cenário, emerge uma questão central: até que ponto uma política

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

curricular nacional consegue conciliar a necessária definição de referenciais comuns de aprendizagem com a diversidade de contextos, culturas e práticas pedagógicas presentes na educação brasileira? A resposta a essa questão exige deslocar o foco da análise do documento em si para as relações estabelecidas entre a política curricular e sua implementação, reconhecendo os professores como protagonistas na construção cotidiana do currículo.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as contradições existentes entre os pressupostos normativos da Base Nacional Comum Curricular e as experiências vivenciadas pelos educadores durante sua implementação nas escolas brasileiras. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica de produções científicas publicadas na base SciELO, buscando compreender como a literatura recente tem interpretado as tensões entre o currículo prescrito e o currículo vivido. Parte-se da compreensão de que a qualidade das políticas curriculares não depende exclusivamente da definição de uma base comum, mas da capacidade de articular referenciais nacionais às múltiplas realidades educacionais que caracterizam o país.

2. Revisão da Literatura

A construção de um currículo nacional comum representa uma das mais importantes transformações das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. A consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) insere-se em um movimento histórico de busca por maior equidade educacional, definindo um conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos os estudantes da Educação Básica, independentemente de sua região geográfica, condição socioeconômica ou contexto escolar. Embora esse propósito tenha sido amplamente defendido como estratégia para reduzir desigualdades e garantir

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

direitos de aprendizagem, a implementação da BNCC passou a suscitar um intenso debate entre pesquisadores e profissionais da educação, especialmente quanto às tensões existentes entre aquilo que o documento normativo estabelece e as condições concretas encontradas nas escolas brasileiras.

A própria trajetória da construção curricular brasileira demonstra que os currículos nunca foram documentos neutros. Ao longo do século XX, diferentes reformas educacionais expressaram disputas entre concepções pedagógicas, interesses políticos e projetos de sociedade. Desde a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional até a atual LDB nº 9.394/1996, observa-se um esforço permanente para conciliar uma base comum de conhecimentos com o respeito às especificidades culturais, sociais e regionais do país. Posteriormente, os Parâmetros Curriculares Nacionais ampliaram essa discussão ao oferecer referenciais orientadores para o trabalho docente sem impor um currículo único. Nesse percurso histórico, a BNCC emerge como o documento que mais intensamente institucionaliza uma proposta nacional de organização curricular, assumindo caráter normativo para a elaboração dos currículos estaduais e municipais (Brasil, 1996; Brasil, 2018; Meira, 2020).

Sob a perspectiva normativa, a BNCC apresenta objetivos amplamente reconhecidos como desejáveis para a educação brasileira. O documento propõe assegurar equidade, promover uma formação integral dos estudantes, estabelecer competências essenciais para o século XXI e favorecer maior articulação entre os diferentes sistemas de ensino. A ideia de garantir direitos de aprendizagem comuns fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes devem ter acesso aos mesmos conhecimentos essenciais, independentemente do território onde vivem. Essa concepção aproxima-se de movimentos internacionais de padronização curricular, nos quais a definição de competências e habilidades passa a orientar políticas públicas de avaliação, formação docente e organização

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

dos sistemas educacionais.

Entretanto, à medida que a implementação da BNCC avança, o discurso normativo passa a confrontar-se com a complexidade da prática educativa. Diversos estudos apontam que a elaboração do documento ocorreu de forma predominantemente centralizada, com reduzida participação efetiva dos professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. Embora consultas públicas tenham sido realizadas durante sua construção, pesquisadores argumentam que muitas das contribuições oriundas das redes de ensino não foram efetivamente incorporadas ao texto final, fortalecendo uma lógica verticalizada de formulação das políticas curriculares (Magdaleno; Faria, 2024; Boff; Beerbaum; Silva, 2024). Essa característica desloca o protagonismo dos profissionais da educação justamente daqueles que vivenciam cotidianamente os desafios da implementação curricular.

Essa centralização torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz das influências internacionais presentes na formulação da BNCC. Estudos recentes demonstram que parte significativa da estrutura do documento foi inspirada em modelos curriculares desenvolvidos em outros países e em recomendações de organismos multilaterais voltados à regulação das políticas educacionais. Esse fenômeno, descrito por Mocarzel e Eckhardt (2024) como "reformas viajantes", evidencia a circulação internacional de modelos curriculares que, ao serem incorporados ao contexto brasileiro, nem sempre dialogam com as profundas desigualdades sociais, culturais e regionais existentes no país. Nesse cenário, o currículo deixa de representar apenas uma organização do conhecimento escolar e passa também a refletir disputas políticas, econômicas e ideológicas acerca do próprio papel da educação.

As contradições tornam-se ainda mais evidentes quando se analisam áreas específicas do currículo. No campo da alfabetização, diferentes autores

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

identificam um movimento de retrocesso teórico ao priorizar abordagens centradas na aprendizagem do código alfabético em detrimento de concepções mais amplas de letramento. Tal direcionamento representa, segundo Oliveira-Mendes e Leite (2024), um afastamento das contribuições construídas ao longo das últimas décadas pela pesquisa brasileira sobre alfabetização, reduzindo a complexidade dos processos de leitura e escrita a procedimentos predominantemente técnicos. Em sentido semelhante, Albuquerque, Cabral e Silva (2024) identificam que materiais aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático reforçam práticas alinhadas à BNCC, mas pouco dialogam com princípios presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

No ensino da Matemática, as críticas concentram-se na predominância de uma perspectiva instrumental do conhecimento. Para Bortolete e Bicudo (2024), a organização do pensamento algébrico apresentada pela BNCC privilegia a resolução de problemas cotidianos e a aplicação de algoritmos, reduzindo oportunidades para o desenvolvimento do pensamento matemático enquanto construção conceitual, histórica e cultural. Em outras palavras, o conhecimento tende a ser compreendido prioritariamente por sua funcionalidade imediata, enfraquecendo dimensões reflexivas e investigativas da aprendizagem.

Questões semelhantes aparecem na abordagem das tecnologias digitais. Embora a BNCC mencione competências relacionadas à cultura digital, Fuza e Miranda (2020) observam que o documento apresenta orientações pouco consistentes acerca das formas de integração pedagógica das tecnologias, limitando-se, em muitos momentos, à sua utilização como recurso instrumental. Essa ausência de direcionamentos mais aprofundados dificulta a construção de práticas capazes de desenvolver pensamento crítico, autoria e letramentos digitais, elementos considerados fundamentais para a educação contemporânea.

Outra dimensão amplamente discutida na literatura refere-se à diversidade.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

Apesar de defender uma formação integral e inclusiva, diferentes pesquisadores apontam que a BNCC reduz o espaço destinado às especificidades culturais, territoriais e identitárias da população brasileira. Povos indígenas, comunidades quilombolas, educação do campo, educação ambiental e outras modalidades historicamente reconhecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais aparecem de forma secundária ou fragmentada no documento. Em resposta a essas limitações, diversos currículos estaduais e municipais passaram a incorporar adaptações que procuram restabelecer aspectos culturais e regionais pouco contemplados pela Base Nacional Comum Curricular, evidenciando que a realidade educacional brasileira ultrapassa os limites de uma proposta curricular homogênea.

É justamente nesse ponto que emerge a principal contradição evidenciada pela literatura. A BNCC propõe uniformizar direitos de aprendizagem em um país marcado por profundas desigualdades econômicas, culturais, territoriais e estruturais. Entretanto, o cotidiano escolar demonstra que a efetivação desses direitos depende de condições locais, recursos disponíveis, características dos estudantes e, principalmente, da atuação dos professores. O currículo oficialmente prescrito passa, inevitavelmente, por processos de interpretação, adaptação e reconstrução realizados pelos profissionais da educação. Dessa forma, o currículo vivido não corresponde integralmente ao currículo normativo, mas constitui o resultado das múltiplas mediações realizadas no interior das escolas.

Sob essa perspectiva, a principal discussão não reside na existência de uma base nacional comum, mas na forma como ela é construída e implementada. A literatura analisada converge ao indicar que políticas curriculares tornam-se mais legítimas quando reconhecem os educadores como sujeitos ativos da produção do currículo e quando conciliam referenciais nacionais com a diversidade dos contextos locais. Assim, compreender as contradições entre o

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

normativo e o vivido significa reconhecer que a qualidade da educação não depende exclusivamente da existência de um documento orientador, mas da capacidade de transformar esse documento em uma prática pedagógica construída coletivamente, sensível às diferentes realidades escolares e comprometida com uma formação verdadeiramente democrática.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e abordagem teórica, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica da literatura. Esse tipo de investigação permite reunir, analisar e interpretar criticamente produções científicas acerca de determinado fenômeno, favorecendo a compreensão das diferentes perspectivas existentes sobre o objeto de estudo e possibilitando a construção de sínteses teóricas fundamentadas em evidências científicas.

A pesquisa teve como objetivo analisar as contradições entre os pressupostos normativos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as experiências vivenciadas pelos profissionais da educação durante sua implementação nas instituições de ensino. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados SciELO, por se tratar de um dos principais repositórios de produção científica da área educacional no contexto latino-americano.

A busca foi realizada utilizando, de forma isolada e combinada, os descritores "Base Nacional Comum Curricular", "BNCC", "currículo", "políticas curriculares", "educação básica", "alfabetização", "educação infantil", "formação de professores" e "currículo e diversidade", empregando operadores booleanos (AND e OR) para ampliar e refinar os resultados da pesquisa.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

Foram considerados como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que abordassem aspectos relacionados à elaboração, implementação, impactos ou críticas à BNCC. Excluíram-se estudos duplicados, trabalhos que tratavam exclusivamente de conteúdos específicos das áreas curriculares sem discutir a política educacional da BNCC, bem como publicações que não apresentavam aderência aos objetivos da presente investigação.

Após a seleção inicial, os estudos foram submetidos à leitura exploratória, seguida de leitura analítica e interpretativa. O corpus final foi constituído por quinze artigos científicos, cujas contribuições foram organizadas em categorias temáticas construídas durante a análise da literatura. Essas categorias contemplaram: (i) o processo histórico de construção da BNCC; (ii) os princípios normativos e objetivos da política curricular; (iii) as principais críticas relacionadas à implementação da Base Nacional Comum Curricular; e (iv) as contradições entre o currículo prescrito e as práticas pedagógicas vivenciadas pelos educadores.

A interpretação dos dados fundamentou-se na análise crítica da literatura selecionada, buscando identificar convergências, divergências e evidências recorrentes acerca dos impactos da BNCC sobre a prática docente e sobre a construção dos currículos escolares. A partir dessa análise, procurou-se compreender de que maneira as políticas curriculares dialogam — ou deixam de dialogar — com a diversidade de contextos presentes na educação brasileira.

4. Resultados e Discussão

A análise da literatura evidencia que as principais contradições da Base Nacional Comum Curricular não decorrem de sua proposta de estabelecer referenciais nacionais para a educação, mas da forma como essa política curricular foi concebida e implementada. Os estudos analisados convergem ao

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

reconhecer a importância da existência de parâmetros comuns de aprendizagem capazes de promover maior equidade educacional. Entretanto, apontam que a centralização do processo de elaboração e a limitada participação dos profissionais da educação produziram um documento que, embora normativamente consistente, apresenta dificuldades para dialogar com a diversidade dos contextos escolares brasileiros.

Um dos aspectos mais recorrentes identificados refere-se ao distanciamento entre o currículo prescrito e o currículo efetivamente vivenciado nas escolas. Embora a BNCC estabeleça competências e habilidades comuns para todos os estudantes, sua implementação ocorre em realidades profundamente distintas, marcadas por desigualdades regionais, limitações estruturais, diferenças socioculturais e condições pedagógicas bastante heterogêneas. Nesse cenário, o professor deixa de atuar apenas como executor da política curricular e passa a exercer papel fundamental na adaptação, interpretação e ressignificação das orientações oficiais, transformando o currículo normativo em práticas compatíveis com as necessidades locais.

Outro resultado recorrente observado na literatura diz respeito à reduzida participação dos educadores na construção da própria BNCC. Diversos autores questionam o caráter participativo atribuído ao processo de elaboração do documento, argumentando que as consultas públicas realizadas tiveram influência limitada sobre sua versão final. Como consequência, fortaleceu-se uma percepção de distanciamento entre as políticas educacionais formuladas em âmbito nacional e os conhecimentos produzidos cotidianamente nas escolas. Essa característica contribui para que muitos professores percebam a BNCC como um documento externo à realidade da prática docente, dificultando sua apropriação pedagógica.

As análises também demonstram que as críticas à BNCC ultrapassam

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

aspectos relacionados à gestão curricular e alcançam diferentes áreas do conhecimento. Na alfabetização, observa-se preocupação com a retomada de perspectivas mais tecnicistas do ensino da leitura e da escrita, reduzindo o espaço destinado às práticas sociais do letramento. Na Matemática, pesquisadores identificam uma organização curricular que privilegia competências operacionais em detrimento do desenvolvimento do pensamento conceitual. Em relação às tecnologias digitais, verifica-se a ausência de orientações suficientemente consistentes para promover uma integração pedagógica crítica, limitando-se, muitas vezes, à utilização instrumental das tecnologias. Em comum, essas críticas apontam para uma tendência de simplificação dos processos educativos em favor de modelos mais padronizados de ensino.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se ao tratamento conferido à diversidade cultural, territorial e social presente na educação brasileira. Apesar de o documento defender princípios de inclusão e formação integral, diferentes estudos evidenciam que grupos historicamente reconhecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, como comunidades indígenas, quilombolas, populações do campo e diferentes contextos regionais, ocupam espaço reduzido na estrutura curricular da BNCC. Como consequência, diversos sistemas estaduais e municipais de ensino passaram a desenvolver adaptações curriculares capazes de contemplar especificidades locais, demonstrando que a efetivação do currículo depende da constante mediação realizada pelas redes de ensino e pelos próprios professores.

Os resultados também permitem compreender que a implementação da BNCC produziu uma redefinição do papel docente. Mais do que aplicar um currículo previamente estabelecido, o professor assume a responsabilidade de interpretar, contextualizar e adaptar as orientações nacionais às condições concretas de sua realidade escolar. Esse movimento evidencia que o currículo

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

não se materializa exclusivamente no documento oficial, mas nas relações estabelecidas entre professores, estudantes, comunidade escolar e contexto sociocultural. Dessa forma, o chamado "currículo vivido" constitui uma construção dinâmica, continuamente negociada no cotidiano das instituições educacionais.

Em síntese, a literatura analisada demonstra que a principal tensão envolvendo a BNCC não reside na existência de uma base nacional comum, mas na tentativa de conciliar uma proposta de uniformização curricular com a diversidade que caracteriza a educação brasileira. As evidências encontradas sugerem que políticas curriculares tornam-se mais efetivas quando reconhecem a autonomia dos educadores, valorizam os conhecimentos produzidos nas escolas e possibilitam adaptações compatíveis com as múltiplas realidades do país. Sob essa perspectiva, compreender a relação entre o normativo e o vivido significa reconhecer que a qualidade da educação depende menos da rigidez do currículo prescrito e mais da capacidade de transformá-lo em experiências pedagógicas contextualizadas, democráticas e socialmente significativas.

5. Conclusão

O presente estudo permitiu analisar as contradições existentes entre os pressupostos normativos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as experiências vivenciadas pelos educadores durante sua implementação nas escolas brasileiras. A revisão da literatura evidenciou que, embora a BNCC tenha sido concebida com o propósito de assegurar equidade, qualidade da educação e direitos comuns de aprendizagem, sua efetivação revela tensões decorrentes da complexidade e da diversidade que caracterizam o sistema educacional brasileiro.

Os estudos analisados demonstram que a principal fragilidade da BNCC não reside na proposta de estabelecer uma base nacional comum para a educação, mas na forma como essa política curricular foi construída e

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

operacionalizada. A reduzida participação dos professores e demais profissionais da educação em sua elaboração, associada à adoção de um modelo predominantemente centralizador, contribuiu para o distanciamento entre o currículo oficialmente prescrito e as necessidades concretas vivenciadas nas diferentes realidades escolares. Nesse contexto, a implementação da BNCC depende, em grande medida, da capacidade dos educadores de interpretar, adaptar e ressignificar suas orientações, transformando um documento normativo em práticas pedagógicas coerentes com os contextos locais.

Outro aspecto evidenciado pela literatura refere-se à necessidade de compreender o currículo como um processo dinâmico e socialmente construído. Mais do que um conjunto de competências e habilidades previamente definidas, o currículo constitui um espaço permanente de diálogo entre políticas públicas, culturas locais, práticas docentes e necessidades dos estudantes. Dessa forma, a qualidade da educação não pode ser atribuída exclusivamente à existência de documentos normativos, mas à forma como esses referenciais são apropriados pelos sujeitos que constroem cotidianamente o processo educativo.

Os resultados também reforçam que políticas curriculares efetivas exigem equilíbrio entre referenciais nacionais e autonomia pedagógica. A valorização das especificidades regionais, das diferenças culturais e dos saberes produzidos no cotidiano escolar não representa oposição à existência de uma base comum; ao contrário, constitui condição essencial para que seus princípios possam ser efetivamente concretizados em uma realidade marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais.

Por fim, conclui-se que as tensões entre o normativo e o vivido ultrapassam os limites da própria BNCC e revelam um desafio permanente das políticas educacionais contemporâneas: conciliar a necessária organização dos sistemas de ensino com o respeito à pluralidade dos contextos educativos. Nesse sentido,

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

a construção de currículos verdadeiramente democráticos depende da ampliação dos espaços de participação docente, do fortalecimento da autonomia das redes de ensino e da compreensão de que a diversidade constitui elemento estruturante — e não obstáculo — para a qualidade da educação brasileira.

Recomenda-se que pesquisas futuras avancem para investigações empíricas envolvendo professores, gestores e demais profissionais da educação, buscando compreender como as adaptações curriculares realizadas nas escolas têm contribuído para aproximar as orientações da BNCC das diferentes realidades educacionais do país. Estudos dessa natureza poderão ampliar a compreensão sobre os processos de implementação curricular e oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à Educação Básica.

Referências

ALBUQUERQUE, E.; CABRAL, A. C. dos S. P.; SILVA, M. da C. L. da. O PNLD 2022 e a curricularização da alfabetização na educação infantil. *Educar em Revista*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/W8Dz8XnGKpRf6ZqZHJ8zmTx/. Acesso em: 24 maio 2025.

BOFF, E. T. de O.; BEERBAUM, A. V.; SILVA, E. B. da. Percepções de gestores sobre o percurso formativo para a implantação da BNCC. *ScienceOpen*, 2024. Disponível em: https://www.scienceopen.com/document?vid=ca830b7a-1819-4ebf-a152-6e8fbacbf1e2. Acesso em: 24 maio 2025.

BORTOLETE, J. C.; BICUDO, M. A. V. O pensar algébrico explicitado na BNCC sob análise. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bolema/a/8C3GdWGNmsVL4Gp84xpm7ky/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 24 maio 2025.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

FUZA, Â. F.; MIRANDA, F. D. S. S. Tecnologias digitais, letramentos e gêneros discursivos nas diferentes áreas da BNCC: reflexos nos anos finais do ensino fundamental e na formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GMqzC6cnRZjBLdzg5SkckVy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

GASQUE, K. C. G. D. A Base Nacional Comum Curricular e a implementação do letramento informacional no currículo do ensino fundamental. *Encontros Bibli*, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eb/a/Xj7hTQFB4j8QMrT5pBfvMQR/. Acesso em: 24 maio 2025.

MAGDALENO, B. V.; FARIA, R. W. S. de C. Construção colaborativa da BNCC: vozes dissonantes. *Educar em Revista*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/fbd6VJrQCRbz9JpLKFVJdDS/. Acesso em: 24 maio 2025.

MEIRA, L. M. de. Sobre a história do currículo: temas, conceitos e referências das pesquisas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação*, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RxZNFvCnTXwnQYcYZtjxLjt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

MOCARZEL, M. S. M. V.; ECKHARDT, F. Reformas viajantes: as influências internacionais nas políticas curriculares no Brasil e os desdobramentos para a garantia da educação como direito humano. *Educar em Revista*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/vqS76JGdnsBzSPLbKs3ThBf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

MORAIS, A. G. de; SILVA, A. da; NASCIMENTO, G. S. do. Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Educação*, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xN3QNBZWYxKpDWff35hBhMr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

MOREIRA, A. S. et al. O esvaziamento das Diretrizes Curriculares Nacionais na Base Nacional Comum Curricular. *Educação em Revista*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/RhDkFKwzx5s9wtMs6NxdFmF/. Acesso em: 24 maio 2025.

OLIVEIRA-MENDES, S. A. de; LEITE, C. Políticas curriculares no campo da alfabetização no Brasil: dos avanços teórico-epistemológico-didáticos ao apagão contemporâneo. *Educar em Revista*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/TdkFBP7wKgL3kF9bz7Vvyvy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/06/2026 - **Accepted:** 10/07/2026
Vol: 08.07
DOI: 10.66104/tdky6b39
Pages: 1-17

SILVA, S. do N.; LOUREIRO, C. F. B. As vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação infantil ao ensino fundamental. *Ciência & Educação (Bauru)*, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pnkHjbvq7Q65L6Y6HJZQsgg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

THIESEN, J. S. Escolas internacionais e bilíngues como representação global de currículos internacionalizados na educação básica brasileira. *Educar em Revista*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/KdpXhWD9G3pBKDrdjNbZWFm/. Acesso em: 24 maio 2025.

TIRIBA, L. V.; SANTOS, Z. do C. W. do N. dos; SCHAEFER, K. A. B. Na contramão da BNCC: do emparedamento colonizador ao livre brincar. *Educar em Revista*, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/XVpYGjkqdKxvqwCHkXgSVXK/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 maio 2025.

URBAN, A. C.; SANCHES, T. C. A Base Nacional Comum Curricular: um olhar para o ensino de História nos anos iniciais. *Educar em Revista*, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/DcMskMwNDYPPzmWpzkwkkhs/. Acesso em: 24 maio 2025.